



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA GUAPIMIRIM 26 DE AGOSTO DE 2010

Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e dez, às quatorze horas e quinze minutos, teve início no Auditório da APA Guapimirim, situado à BR-493, quilômetro 12,8, município de Guapimirim, a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Guapimirim. O presidente do CONAPAGUAPI, Breno Herrera Coelho, abriu a reunião apresentando a pauta do dia e questionando aos presentes se haveria mais algum item a ser acrescentado, ao que não houve manifestações. Ele apresentou a analista ambiental Juliana Fukuda, recém-chegada à equipe da APA Guapimirim, e que assume a função da secretaria executiva do CONAPAGUAPI. Passou-se então a um momento de homenagem ao ex-conselheiro Elmo Amador, uma das pessoas que lutou pela criação da APA Guapimirim e falecida no último dia 18 de julho. Por conta da homenagem, a família de Elmo foi convidada a participar da cerimônia; estiveram presentes sua esposa, Zulmira, seus filhos André e Natália e seu neto Gilberto. Breno leu um texto exaltando as qualidades do ex-conselheiro, que muito contribuiu para a gestão da UC. Celio, representante da AMMA, e Gilberto, representante da Colônia de Pescadores Z8, também expressaram admiração pelo colega falecido e pesar pela sua morte. Em seguida, André, em nome da família, agradeceu a homenagem e leu um trecho do livro Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza, de autoria de seu pai, sobre a importância da APA Guapimirim para essa baía. Todos foram então convidados a presenciar o descerramento da placa, realizado pelo menino Gilberto, que a partir de então nomeou o auditório da APA Guapimirim com “Auditório Elmo Amador”. Finalmente, foi entregue a Zulmira um vaso de bromélia num *cachepot* confeccionado em taboa pelas artesãs da Cooperativa Manguezal Fluminense. Os familiares de Elmo seguiram então para um passeio de barco pela APA Guapimirim e deu-se prosseguimento à reunião. O chefe da ESEC Guanabara, Maurício Muniz, fez um relato resumido das ações mais importantes realizadas pelo NGI nos últimos meses, desde a última reunião do conselho, que seguem numerados. 1) Em relação ao TAC referente ao Gasduc, estão previstos um projeto de

restauração de 50 ha de manguezais e aquisição de equipamentos para monitorar a qualidade da água e monitorar a fauna. 2) Foi realizada uma ação de fiscalização integrada do Mosaico Central Fluminense para retirada de currais desativados, que prejudicam a circulação de água e sedimentos da Baía de Guanabara, assim como a pesca e a navegação. 3) Conseguiu-se o deslocamento de dois policiais do Batalhão Florestal para atuar exclusivamente na APA e na ESEC, possibilitando intensificação das ações de fiscalização. 4) Têm-se monitorado duas localidades que têm sofrido expansão urbana desordenada: Vila Olímpia e Várzea Alegre. 5) Foi feita vistoria e parecer sobre a instalação do pólo industrial naval em Guaxindiba, em área limítrofe à APA. 6) Foi embargada obra, no bairro Amaral em Itaboraí, de canalização de esgotos para jogá-los no rio Caceribu a 1km à montante da APA. 7) Estão sendo conduzidos trabalhos de monitoramento na APA e ESEC como parte das condicionantes do licenciamento ambiental do Comperj por três grupos distintos: pela empresa Veredas, pela empresa Habitec, e pela UFF – aumentando o conhecimento sobre as UCs e gerando renda para comunidade local, que têm trabalhado com condutores dos pesquisadores. 7) Duas pesquisas de monitoramento da fauna estão sendo conduzidas, uma financiada pela Fundação SOS Mata Atlântica, sobre a pesca amadora do robalo e outra sobre a população de jacaré do papo amarelo e outra 8) Iniciou-se efetivamente o trabalho de recuperação de 37,8 ha de área degradada de manguezal conduzido pela Cooperativa Manguezal Fluminense e Innatus, como parte do TAC com a FCA pelo derramamento de óleo diesel em 2005 no rio Caceribu. 9) Recepcionou-se visita de cinquenta alunos de graduação de biologia da UFRJ. 10) Foram concluídas as obras previstas pela cooperação com a SOS Mata Atlântica: cercamento da sede, construção da garagem e melhoria do cais e do atracadouro de embarcação, além da aquisição de equipamentos de informática. 11) Passou a compor o quadro de funcionários a analista ambiental Juliana Fukuda, removida do ICMBio sede (Brasília), que coordenará o Núcleo de Educomunicação. Em seguida, Maurício apresentou as ações que estão previstas para os próximos meses: 1) Fechamento do canal artificial do Cangurupi, que une o rio Guaxindiba com o rio Caceribu em suas porções finais. Estão previstos: a conclusão dos estudos em abril, a consulta pública em maio e o início do fechamento do canal em junho. Isso será financiado pela FCA, como parte do TAC referente ao vazamento de óleo no rio Caceribu em 2005. 2) A Expedição Guanabara ocorrerá em início de novembro, seguida pelo lançamento oficial da parceria com SOS Mata Atlântica. 3) O Cine Ambiental deve ter sua primeira sessão em setembro. A proposta é promover apresentações de filmes com temática ambiental a pescadores,

catadores de caranguejo, alunos e demais moradores da APA e região e que têm nenhum ou pouco acesso a salas de cinema. O primeiro filme a ser exibido será *Saneamento Básico*. 4) deverá ocorrer uma ação integrada do Mosaico Central Fluminense na APA, a ser definida. 5) Em fevereiro de 2011 será promovido o 1ª Encontro de Pesquisadores da APA e ESEC e comemoração de 5 anos da ESEC. Breno agradeceu a exposição de Maurício e destacou duas ações pela sua relevância: a revegetação do manguezal, como uma ação para além da proteção, de promover a recuperação do ecossistema, e que está gerando renda para a população local; e a destruição dos currais de pesca que estavam inativos, de forma a exemplar a possibilidade de se realizar essa ação a demais currais que não estejam regularizados. Adelmo, secretário de meio ambiente de Itaboraí, apresentou-se, dizendo que tinha assumido o cargo recentemente e estava participando de reunião do CONAPAGUAPI pela primeira vez. Ele convidou os presentes a participar da primeira reunião sobre saneamento básico de Itaboraí, num processo que está sendo conduzido pela secretaria de obras do município. O evento ocorrerá no dia trinta de agosto, às quatorze horas, no teatro municipal de Itaboraí. Alexander, do Instituto Bioatlântica, questionou sobre a possibilidade de adequação de reserva legal, que Breno esclareceu que não caberia à situação pois o projeto de recuperação florestal das bacias do Rio Macacu e Caceribu, condicionante do COMPERJ, só prevê a recuperação das matas ciliares. Entretanto todo o processo poderia culminar na adequação ambiental das propriedades, incluindo a reserva legal. José Carlos, representante da OSCIP Innatus, informou que havia participado recentemente de um evento sobre pagamentos por serviços ambientais (PSA), organizado pelo INEA. Sugeriu que esse tema fosse discutido para a região num momento específico. Gilberto, representante da Colônia de Pescadores Z8 demonstrou preocupação em relação aos pescadores por causa do declínio dos peixes de fundo. Questionou se havia possibilidade de realizar pesquisas sobre solo. Ele acha que os tubos da Petrobras e substâncias químicas utilizadas podem ter relação com esse declínio, e reclamou da falta de fiscalização. Breno respondeu que há várias pesquisas de solo sendo realizadas, e que há fiscalização permanente, tanto aquática como terrestre, feita pelo ICMBio. Alexandre, representante da Associação Homens do Mar, comentou sobre uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal. Disse que deverão ocorrer audiências em breve, e que estava em fase final de elaboração um mapa da pesca na Baía de Guanabara. Nesse mapa, dividido em dezoito setores, seriam apresentados, além de outros dados, estruturas físicas e também percepção dos pescadores. Flavio, da Associação de Caranguejeiros, Pescadores e Amigos de Itambi, questionou se os estudos referentes ao fechamento do

canal de Cangurupi estarão disponíveis antes da obra em si, para receber possíveis contribuições. Ele falou ainda que estão iniciando a montagem de uma biblioteca na comunidade, e pediu material para doação. Por fim, informou que conseguiram incluir o mês de setembro no defeso do caranguejo no município. Breno comentou que essa decisão de fechar o Cangurupi já havia sido aprovado anteriormente por esse conselho da APA. Julio Wassermann, professor da UFF, disse que foram feitos estudos por aquela universidade no canal do Cangurupi, e que estão disponíveis em www.uff.br/remasuff. Stephan Gomes, superintendente regional do INEA na Baía da Guanabara, em resposta à intervenção do Gilberto, comentou que participou de uma reunião do CONAPAGUAPI e, na ocasião, se colocou à disposição para denúncias ou outros motivos, deixando contatos telefônicos e por email, e que nunca recebeu denúncias a não ser do ICMBio. Ele reforçou que a superintendência é responsável por dezessete municípios no entorno da Baía de Guanabara e que semanalmente há ações de fiscalização. Ele repetiu então seus contatos – supbg@inea.rj.gov.br, supbg.inea@gmail.com; 2787-4546; 2787-4754 – mostrando abertura para denúncias. Gilberto questionou se houve licenciamento para dragagem do Rio Alcântara, em São Gonçalo, parte do pólo industrial de Guaxindiba. Sobre o pólo, Stephan esclareceu que a competência para licenciamento dessa obra foi passada para o município. Breno disse que foi feito documento da APA questionando sobre a competência municipal para licenciamento e que a APA não foi consultada – o que deveria ter ocorrido por se tratar de obra com impacto na UC. Stephan manifestou-se dizendo que não sabia do porte desse empreendimento como “pólo”. Maurício comentou que, ao que se sabe, é um pólo industrial para dar apoio a serviços náuticos. Breno falou sobre pesquisa em andamento sobre biologia populacional do jacaré do papo amarelo, e distribuiu os cartões de avistamento para devolução via correio, solicitando que os conselheiros divulgassem o trabalho nas suas entidades. Viviane, analista ambiental da APA Guapimirim, deu explicações sobre o plano de gestão do caranguejo uçá, conforme havia sido cobrado na reunião anterior do Conselho. Ela disse que havia feito contato com o IBAMA, e que o plano havia ficado parado, e com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o processo parou. Disseram que na semana seguinte iriam retomar os trabalhos, e que seria feito um plano para iniciar as discussões técnicas. Breno lembrou que foi solicitado ao IBAMA que houvesse uma portaria que empoderasse a chefia da UC para proibição da cata quando ocorresse a andada. Estão fazendo demanda para que essa decisão possa ser feita pelo ICMBio sem necessidade do Ibama. Flavio mostrou preocupação com legalidade de uma ação desse tipo. Aderbal explanou que desde segunda-feira passada não

é mais presidente da Colônia de Pescadores Z9, mas que veio à reunião como interessado nos assuntos a serem discutidos. Ele havia marcado reunião com Ana Maria do Cepsul para regular defeso do caranguejo na Baía de Guanabara, porque aqui já foi comprovado que é diferente. Ele reclamou que não quer receber documento pronto de Brasília para acatar, mas quer que seja colocada realidade daqui. Cobrou estudos do plano de manejo e pesquisador Jean Mario, que entrevistou catadores de caranguejo. Pando disse que tem impressão que Portaria 52/03 já tem proibição específica no Rio de Janeiro na época da andada. Milton Mascarenhas apresentou-se como novo presidente da Colônia Z9, que fica em Magé. Ele se disse preocupado com as falas anteriores, que só se fala em proibição, de que não pode pegar caranguejo na época da andada, de precisa tirar currais. Questionou por que não há proibição sobre pessoas de fora e permitir só os que são cadastrados. Bárbara, ex-bolsista PIBIC que realizou trabalho com percepção da comunidade local, acha que a pressão diminuiria muito se proibisse as pessoas de fora. Sugeriu ainda que tivesse parceria com os pescadores para denúncias. Considerou que o problema das andadas é que as pessoas correm para pegar os machos e acabam pisando nas larvas dos caranguejos. Milton disse caranguejo não desovam no mangue, eles vão pras margens do rios ou vão para as coroas, não tem como os caranguejeiros pisarem nas ovas, e que além disso, as ovas são levadas para o mar, e são comidas pelos peixes e outras espécies, não sobrevivem todas, senão não teria nem como andar na cidade. Breno deu as boas-vindas a Milton, que participava pela primeira vez no Conselho. Ele colocou a Milton que ele estava trazendo uma informação nova, que a condição anterior da Colônia era em outro sentido, tinha-se o entendimento que o período da andada seria o período em que deveria se proteger o recurso. Se você traz uma nova idéia como representante da Colônia, tem que se repensar isso. Esclareceu que não se pode fazer reserva de mercado, que não existe mecanismo como permitir que uns catem e outros não, e essa não é a idéia, a idéia é tratar a questão internamente. Colocou a Milton que a APA Guapimirim tem sido forte apoiador dos pescadores, com vários exemplos disso, e que ele possa ter um diálogo mais tranqüilo com a Conselho. Milton, da Colônia de Pescadores Z9, sugeriu que houvesse um assento para representante dos caranguejeiros no Conselho. Celio, representante da AMMA, disse a Milton que não pode ter dois pesos, duas medidas. Milton disse que pouco se importa com defeso, que ele preferiria pescar porque ele ganha mais que o seguro trabalhando. Malafaia, presidente da Cooperativa Manguezal Fluminense falou que se fosse aumentado o defeso, levaria à marginalização do pescador, e que apóia a idéia do Milton de coibir os de fora. Breno esclareceu que a proibição seria para os dias específicos de andada, não seria

necessariamente aumentar. Manoel Santos coloca que há muitos anos se discute neste conselho esse tema do defeso do caranguejo, mas a reunião do conselho não é o local de se discutir isso. Teria que se convidar aqui os velhos caranguejeiros, que conhecem o animal. Sugeriu que se discuta isso a sério, com caranguejeiros e pesquisadores. Gilberto, da Colônia de Pescadores Z8, falou que Ana Maria do Cepsul forneceu documentos falando que não tem defeso, mas que depois vem o Batalhão Florestal e multa. Há barcos de associados da Z8 multados e lacrados com R\$ 33 mil de multa. Flavio, da Associação de Pescadores, Caranguejeiros e Amigos de Itambi, perguntou a Pando, quantos dias seguidos o caranguejo anda. Pando diz são dois, no máximo três dias, que são de três a quatro andadas, geralmente uma maior em janeiro e depois vai havendo até março. Flavio sugeriu a Milton que ele discuta com a prefeitura para tentar um defeso a mais. Ele explicou que em Itaboraí tem um defeso a mais além do federal, em setembro. Ele falou de outra ação realizada pela associação, que conseguiram junto à prefeitura colocar peixe local em trinta por cento da merenda. Breno sugeriu que Manoel e quem mais quisessem formassem uma comissão para agregar conhecimento e, dentro de um prazo, fizessem uma proposta fechada sobre o defeso e andada. Propuseram-se a participar dessa comissão: Manoel, Flavio, Malafaia (coordenador), Aderbal, Milton, Maycon. Pando e Juliana se colocaram disponíveis para auxiliar tecnicamente. Malafaia coordenará os trabalhos dessa comissão. Foi colocado prazo de 26 de outubro para apresentar a proposta. Ana Paula, representante da secretaria de meio ambiente de Magé, se apresentou ao conselho, e esclareceu que secretaria foi remodelada. Ela disse que levará essa proposta do defeso de Itaboraí para a prefeitura de Magé, e se colocou à disposição receber demandas relacionadas ao município. Breno entrou em outro assunto da pauta. Iniciou dizendo que ano passado o ICMBio deu um passo importante na sua gestão ao conceder vinte e uma bolsas de iniciação científica. Uma dessas bolsas havia sido destinada a uma aluna do IFICS/UFRJ, Barbara Campello, tendo sido o projeto orientado por ele e co-orientado pela analista ambiental Tatiana. Em final de agosto houve o II Seminário de Iniciação Científica e pesquisa do ICMBio e o trabalho da Barbara foi escolhido como primeiro colocado, e curiosamente foi o único que não era da área biológica. Barbara foi convidada a explanar brevemente ao conselho como foi o trabalho. Barbara explicou que se tratou de uma pesquisa qualitativa e não quantitativa, a fim de realizar um diagnóstico das formas de extração dos recursos naturais. A pesquisa feita com informantes-chave, e procurou-se saber como era passado esse conhecimento (o saber-fazer), as áreas utilizadas, e também levantar informações que fossem úteis para a gestão da APA. Ela deu exemplos de

algumas indicações dadas pelos informantes: alguns caranguejeiros acham que é interessante proibir a coleta na andada, alguns pescadores indicaram pesca de arrasto com parrelha como problema pois matam os filhotes, remexem o fundo que é local de alimentação de camarão e que recebem pouca fiscalização pois ocorrem à noite. O trabalho foi aplaudido. Julio Wassermann, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador dos estudos contratados pela Petrobras como condicionantes do processo de licenciamento do Comperj, fez uma introdução sobre os estudos em geral. De acordo com ele, o objetivo era verificar se existem impactos físico-químicos sobre os recursos hídricos – superficiais e subterrâneos – e sobre os sedimentos causados pela terraplanagem da área onde será instalado o Comperj. Foram selecionadas dez estações de amostragem nos rios Guapimirim e Caceribu, e as coletas de águas e sedimentos foram feitas de outubro de 2008 a maio de 2010. Julio acha que não houve alteração relevante nos parâmetros decorrentes da terraplanagem. Em seguida, os demais participantes do projeto fizeram suas apresentações, cujos arquivos digitais encontram-se no acervo da APA Guapimirim. Ressaltam-se alguns pontos mais expressivos a seguir: não foram encontrados em nenhum dos pontos PCBs, que são substâncias que eram colocados em transformadores e que devido à sua toxicidade à saúde humana algumas são proibidas, nem pesticidas e orgânicos voláteis; metais pesados não foram encontradas em grandes concentrações; foi medida alta incidência de coliformes fecais nos dois rios estudados; em relação à dinâmica e topometria dos rios, no ponto próximo à sede da APA, houve quase dois metros de altura de deposição de sedimentos entre início, em 2008, e última medição, em 2010; nas águas subterrâneas foi encontrada alta concentração de bário, que pode ser explicado pelo minério de fluorita na região e a concentração de chumbo também é elevada, provavelmente vindo das áreas montanhosas. Breno informa sobre a composição do conselho consultivo, baseado no regimento interno, lembrando que a atual composição foi formada em 2008. As instituições e entidades que estão participando há apenas dois anos, podem ser renovadas automaticamente caso estejam comparecendo regularmente às reuniões. As que estão há quatro anos podem permanecer também, mas devem informar um outro representante pois deve haver rotatividade dos conselheiros. As instituições ou entidades faltantes por mais de três vezes devem se justificar e declarar interesse, caso haja, em permanecer no conselho. Juliana enviará consulta por email e ofício a essas instituições e entidades. José Carlos, representante do Innatus, comenta que o as plantas do manguezal no canal da Banana, nos rios Guarái e Guarái-Mirim estão morrendo. Ele pergunta aos pesquisadores da UFF se poderia ser influência da maré. Julio Wassermann

recomenda que ele em contato com o Professor José Antonio Batista Neto, da Lagemar/UFF. Stephan pergunta quando receberá os estudos que estão sendo realizados pela UFF. Julio diz que tem sido entregues os relatórios parciais para a Petrobras, e que a última coleta é em agosto. O representante da Petrobras diz que tem enviado os relatórios ao INEA a cada três meses. Breno se queixa a Petrobras que não recebeu nenhum relatório parcial desses estudos pois tem recebido de todos os outros monitoramentos, menos desse sendo conduzido pela UFF, com o qual se tem contato pela primeira vez nesse momento, solicitando que sejam enviados os relatórios. Breno disse que há vários pontos sobre os estudos da UFF a serem discutidos, mas que espera o recebimento dos relatórios para analisar melhor os dados. Nada mais havendo a ser tratado, Breno agradeceu a presença e participação de todos, e a reunião foi encerrada às dezoito horas e quinze minutos, tendo sido lavrada esta ata que segue por mim assinada.

JULIANA CRISTINA FUKUDA
Secretaria Executiva do CONAPAGUAPI